

## O discurso do erro e os 50 anos da ditadura militar brasileira<sup>1</sup>

Lorena Cardoso Bezerra Guimarães<sup>2</sup>

Adriana Santiago Araújo<sup>3</sup>

Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE.

### Resumo

Este trabalho propõe investigar como jornais impressos brasileiros tratam o erro nos editoriais. Partindo da hipótese de que a exposição das falhas pode afetar a credibilidade, fundamental para a sobrevivência do jornalismo, buscamos comparar as estratégias utilizadas na construção do discurso de retratação pelo apoio à ditadura militar no Brasil. Selecionamos editoriais recentes dos maiores jornais brasileiros: Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo, sobre o mesmo tema. Observa-se que expor as falhas institucionais na imprensa é uma ação permeada de um cuidado sistemático, visto que os editoriais utilizam diversos mecanismos para resguardar a credibilidade.

**Palavras-chave:** jornalismo impresso; credibilidade; erramos; ditadura.

### 1. Introdução

A produção jornalística, como todo ato de comunicação, parte do princípio da veracidade. Apoiar-se basicamente no pressuposto de que o relato da imprensa não suscita dúvidas ou contradições que comprometam sua autenticidade. Portanto, o produto da comunicação está diretamente associado a uma representação fiel da verdade (GOMES, 2009). Esse preceito de veracidade funciona como um pacto de confiança entre o jornalismo e os leitores; um elo solidificado no compromisso implícito do discurso informativo com a realidade, em que a verdade funciona como um desnude dos acontecimentos e o jornalismo desempenha a função de pôr os indivíduos em contato com o mundo (GUERRA, 2003). Esta relação de confiança é estabelecida ao longo da história do jornalismo e é ela que garante a sustentação das publicações até os dias de hoje.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Graduada em Jornalismo pela Universidade de Fortaleza (Unifor) em 2014.2, e-mail: [lorenacardosobg@gmail.com](mailto:lorenacardosobg@gmail.com).

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Professora da Universidade de Fortaleza (Unifor) e mestre pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação (Facom), da Universidade Federal da Bahia, e-mail: [adriana@unifor.br](mailto:adriana@unifor.br)

Partindo do pressuposto de que os jornais tem a necessidade manter a credibilidade para garantir a sobrevivência, nos questionamos sobre como os impressos brasileiros abordam o próprio erro dentro das publicações. Nossa hipótese é de que esses jornais lidam com complexa posição discursiva que envolve questões financeiras e éticas. Por um lado, busca honrar a confiança do leitor por meio de uma clara exposição das falhas, não raro acompanhado de um pedido de desculpas e a consequente reiteração do compromisso com a verdade, mas por outro lado, representa a exposição das próprias fragilidades, que podem significar possível perda de credibilidade e consequente fechamento do veículo.

Para responder à inquietação central deste trabalho apoiamo-nos em um método híbrido que mescla categorias de estudos da Teoria do Jornalismo e da Análise do Discurso, que envolve análise textual, pesquisa bibliográfica e estudo de casos para investigar os sentidos do objeto em questão. Analisaremos o discurso do erro a partir de três editoriais recentes de jornais impressos de circulação nacional, sobre o mesmo tema: o marco dos cinquenta anos do golpe militar. O editorial, como gênero jornalístico, foi escolhido por ser a voz da empresa jornalística dentro da publicação e, assim, observaremos como as falhas são tratadas no âmbito empresarial.

Ao escolher pesquisar como é tratado o erro no jornal impresso, de imediato, buscou-se analisar as colunas específicas para a retratação dentro dos jornais. Foi feita uma pesquisa exploratória em periódicos de circulação local (O Povo e Diário do Nordeste, CE) e nacional (Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo). Com este levantamento inicial, observou-se a inviabilidade de discutir questões mais centrais sobre o discurso jornalístico, visto que a maioria das seções é dedicada a correções ortográficas ou de dados e números. Com erros puramente gramaticais não chegamos à camada mais profunda do objeto de estudo, o sentido do discurso. Sendo assim, procuramos um *corpus* que apresentasse uma invariante referencial, ou seja, traz uma característica constante, como a referência a um mesmo evento, o que viabilizaria a abordagem comparativa necessária a Análise do Discurso. Identificamos ainda que as seções não nos forneciam substratos para que possamos explorar, por exemplo, conceitos-chave da AD e do Jornalismo como o contexto histórico ou da necessária legitimação da atividade jornalística.

Na pesquisa exploratória encontramos um editorial do jornal carioca O Globo, que traz um exemplo de retratação exposto logo no título: “Apoio editorial ao golpe de 64 foi

um erro”<sup>4</sup>. Nas linhas seguintes, o jornal ainda expôs outros quatro veículos que teriam tomado atitude classificada como “equivocada”, semelhante a das Organizações Globo comentada no texto. Dentre os citados, dois jornais dedicaram um espaço semelhante para tratar do mesmo assunto, sete meses depois, em virtude do aniversário de cinquenta anos da instauração do Regime Militar Brasileiro, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo.

O objetivo deste trabalho, portanto, é refletir sobre a função social do jornalismo, bem como identificar os principais recursos jornalísticos e estratégias discursivas usadas para a legitimação da instituição na sociedade.

## 2. Legitimação do discurso jornalístico

O jornalismo é um produto diretamente ligado ao seu tempo, tanto por ser constituído de relatos cotidianos quanto por ser modificado pela conjuntura coexistente. “Em outras palavras, formatos jornalísticos são resultantes de modelos históricos de desenvolvimento da cultura, da economia, da política e da tecnologia” (FRANCISCATO, 2003, p.23). Diante desta postura engajada com a realidade, o jornalismo se apresenta como uma prática de mediação social. Cabem aos jornalistas a seleção, apresentação e contextualização dos fatos para o público (FRANCISCATO, 2009). “É justamente a partir dessa função mediadora do jornalismo que a verdade se revela como um parâmetro de qualidade da informação. Somente a informação verdadeira é capaz de materializar a mediação” (GUERRA, 2003, p.13).

Impulsionado pela Revolução Francesa<sup>5</sup>, o jornalismo como conhecemos hoje apresenta traços marcantes da concepção burguesa, a exemplo do predomínio de valores do Iluminismo, dentre os quais a razão, a argumentação, a liberdade de expressão e o conhecimento científico são um dos mais valorizados e garantem fundamentação para denúncias contra o estado absolutista, os privilégios de classe, a injustiça e a dominação religiosa (GUERRA, 2003). Outro movimento histórico-social que alterou de vez as configurações do jornalismo foi a Revolução Industrial. A imprensa que inicia como um

---

<sup>4</sup> Editorial O Globo “Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro”, publicado em 31 de agosto de 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em 20/07/2015

<sup>5</sup> A Revolução Francesa marca o final do século XVIII com a luta entre classes que pôs fim ao absolutismo e possibilitou a consolidação do capitalismo, lançando as bases do mundo contemporâneo. A Revolução Francesa define o perfil ideológico da Era das Revoluções Burguesas iniciada no século XVII por seu caráter liberal e democrático. (ARRUDA e PILETTI, 1997, p.186)

instrumento panfletário e de afirmação da ordem burguesa perde força e abre espaço para a profissionalização da informação, o “mercado de notícias” (GOMES, 2009, 75).

Dessa forma, no século XIX a imprensa é reconfigurada sob um modelo de negócio baseado nas premissas capitalistas, em que o objetivo passa a ser o máximo lucro. No campo da comunicação, isto significa o aumento das tiragens, o que implica na ampliação do público leitor. Para conquistar os novos consumidores, os jornais sentem a necessidade de romper os vínculos com os partidos, que segmentam e limitam o público de acordo com a ideologia. A industrialização produz uma mudança decisiva na forma de organização dos jornais. Eles deixam de serem instrumentos de ação política para se tornarem um negócio autossustentável.

Outros dois fatores que transformaram o jornalismo e que merecem ser destacados são a profissionalização e a definição da notícia. A consolidação do jornalismo como indústria, bem como as inovações tecnológicas do século XIX, evoca a necessidade de definir o papel de repórter. De acordo com Franciscato (2003), esta definição se dá por meio de três fatores que delimitam a competência jornalística. São eles: a aplicação de técnicas e instrumentos específicos para o exercício, a constituição de um ambiente de trabalho (a redação) como forma de identidade e pertencimento e o *ethos*, que ressalta o espírito da profissão. Para Traquina (2005) o *ethos* fornece um modo de ser, estar, ver e falar sobre o mundo e a cultura profissional reforça a existência e a unidade da categoria. Sendo assim, com uma linhagem historicamente arraigada e identificada com valores nobres, em que destaca-se a liberdade, o jornalismo cultivava uma das culturas profissionais mais complexas da sociedade moderna.

Mais do que uma mudança econômica, a profissionalização do jornalismo institui mecanismos de sustentação das empresas jornalísticas e do produto em si. O uso dessas ferramentas faz-se necessário ao vínculo estabelecido entre instituição e audiência (GUERRA, 2003) como se fosse uma cláusula obrigatória, portanto, muitas vezes implícita. O princípio funciona como um instrumento de certificação de qualidade ou, ainda, como define Tuchman (1972), um procedimento estratégico, assim denominado para expressar um rito obrigatório e indiscriminado, um conjunto de regras de como proceder no trabalho diário ou um planejamento meticuloso que resguarda o jornal de possíveis retaliações. O princípio da objetividade ganha pertinência com a necessidade de organização e transparência da instituição (PHILIPS, 1977, *apud* TRAQUINA, 2005). Como um ritual estrategicamente estabelecido, jornalistas fazem o uso de recursos rígidos e sistemáticos

para defender o trabalho de possíveis críticas e deixá-lo o menos vulnerável possível, como a apresentação de possibilidades conflituais, exposição de provas auxiliares, o uso judicioso das aspas, a estruturação da informação em uma sequência apropriada e a divisão entre o fato objetivo e a opinião. O ritual serve como um escudo, que, no entanto, muitas vezes pode falhar.

O processo de profissionalização do jornalismo, com a estruturação de uma cultura de classe ao longo dos anos, estabelece a base que garante a coesão da atividade e legitima o fazer profissional, diante da sociedade e dentro da própria instituição. Sendo assim, os rituais de objetividade já descritos se inserem como práticas sociais de legitimação.

No processo de legitimação do jornalismo, explicar e dar a conhecer sua importância social enquanto instituição é tão importante quanto justificar e apontar por que é preciso preservá-lo. A sociedade deve ser lembrada periodicamente dos aspectos cognitivos e normativos que sustentam a instituição jornalística. Isso vale, internamente, também para o que chamamos de micro instituições do jornalismo (GUERREIRO NETO, 2013, p.51-52).

Bourdieu (1997) aponta que a produção em jornalismo é uma construção coletiva e que os produtos deste exercício são, portanto, mais parecidos do que ostentam ser. Isto porque, além do *ethos* jornalístico, a prática empresarial estipula as relações diretas com o mercado de anunciantes, de leitores e com as empresas concorrentes. Esta última, por sua vez, estabelece o hábito da interleitura, outra particularidade da atividade: “Essa espécie de jogo de espelhos refletindo-se mutuamente produz um formidável efeito de barreira, de fechamento mental” (BOURDIEU, 1997, p.33). As relações de mercado, inclusive, também estimulam o ato da reparação dos erros da imprensa.

O campo jornalístico para Bourdieu (1997) é um espaço social organizado pelas relações de força, onde se destacam dois polos: o da ideologia e o da economia. É dentro dessa estrutura invisível que acontecem os embates entre os dois polos, visto que ambos estão interligados em uma relação complexa, configurada pela dependência, mas também pelos interesses conflituosos. As notícias são produzidas neste jogo de concessões onde se relacionam os valores da cultura profissional e os de mercado. Um confronto entre o ideal de independência ideológica e a garantia de sobrevivência oriunda das vendas e dos anúncios. Para Neveu (2006), as amarras financeiras põem em discussão os modelos profissionais do campo jornalístico, que são imbuídos de uma mística deontológica:

O campo jornalístico conquistou historicamente, nos países de democracia representativa, uma autonomia expressa por normas profissionais e garantida (desigualmente) por dispositivos jurídicos destinados a proteger o jornalismo tanto de atentados à sua liberdade pelo poder político quanto de uma subordinação sem limite aos empregadores todo-poderosos (cláusula de consciência, lei anticongregação). Os quadros objetivos têm, ao mesmo tempo; traduzido e estimulado aumentos nas funções cívicas do jornalismo (NEVEU, 2006, p. 34-35).

Na democracia, o jornalismo desempenha um papel social importante. Entretanto, democracia e jornalismo não são sinônimos, como aponta Schudson (2008), contrariando as ideias mais românticas de que ambos “constituíram-se em simbiose” (TRAQUINA, 2005a, p.49). O conceito de que a imprensa tem grande importância como bem público e que é indispensável para a garantia de direitos sociais foi legitimado por meio da teoria democrática, enraizada nos ideais iluministas e na luta contra o poder absolutista, que atribui ao jornalismo o papel de porta-voz da opinião pública e vigilante do poder político (TRAQUINA, 2005a, p.48). Schudson (2008) também aponta que essa legitimação é construída por meio da autopromoção da imprensa, que assume a aura de “quarto poder” (ALBUQUERQUE, 2009).

“A democracia não é necessariamente produzir jornalismo, nem jornalismo necessariamente produzir democracia” (SCHUDSON, 2008, p. 7) Isto porque a imprensa nasce em governos monárquicos e atua, muitas vezes, durante longos períodos de regimes de exceção. O jornalismo por si só não produz democracia, entretanto, na defesa de Schudson, ele é capaz de fortalecer o sistema democrático. Dito isto, o sociólogo norte-americano apresenta seis funções principais do discurso jornalístico que reforçam a democracia. São elas: informação, investigação, análise, empatia social, fórum público e mobilização. E propõe uma sétima: a promoção de democracia.

Neste estudo, entendemos o discurso, não como uma simples aglutinação de palavras, mas um complexo sistema de construção de sentidos produzido dentro da sociedade, em um recorte histórico. Analisar o discurso na comunicação é, portanto, investigar as estruturas de produção do texto e, assim, revelar as construções ideológicas e os sentidos que os enunciados produzem na sociedade, como propõe Maingueneau (2008), na perspectiva da Análise do Discurso francesa, ou Semiologia. Entre todos os conceitos da AD destacamos alguns como unidades de análises que irão nos permitir penetrar no texto, e, assim almejamos, conseguir desenvolver uma visão mais ampla do discurso jornalístico impresso a partir da comparação entre os enunciados de três periódicos. Diversos aspectos do discurso direcionam nosso olhar ao analisarmos o objeto desta pesquisa, são eles:

contexto, princípios de cooperação, lei da preservação das faces, polifonia, modalização, e os elementos de intensificação do discurso. Os conceitos foram tomados de Maingueneau (2008), Charaudeau (2006), Jorge Pedro Sousa (2004, 2005) e Milton Pinto (1999).

### 3. Três posições discursivas para enfrentar o mesmo problema

Após meio século do ato institucional que desencadeou o regime de exceção que se arrastou entre os anos de 1964 e 1985 no Brasil, três das empresas jornalísticas que sobreviveram às mudanças político-econômicas e acompanharam todo o processo de redemocratização do país dedicaram um editorial para falar sobre o tema.

Foram analisados os discursos destes três maiores jornais do país, considerou-se na escolha o alcance e a projeção nacional.<sup>6</sup> “São jornais que buscam cobrir os temas de relevância nacional e influir nas tomadas de decisão de políticos e empresários no plano nacional” (SANT’ANNA, 2008, p.27). As instituições escolhidas formam um bloco de relativa homogeneidade: “Têm perfis de custos industriais e logísticos semelhantes, receitas e margens de lucro próximas; pagam salários equiparáveis; adotam critérios editoriais próximos” (SANT’ANNA, 2008, p.28). Ademais, são controlados por famílias que possuem verdadeiros sistemas de comunicação de grande impacto no Brasil: família Marinho, dona das Organizações Globo; família Mesquita do grupo Estadão; família Frias grupo Folha.

Sendo assim, buscamos identificar na superfície do texto as estratégias utilizadas pela produção de sentido, veracidade e credibilidade que compõem a raiz que sustenta o jornalismo como instituição.

A edição do dia 31 de agosto de 2013 do diário carioca O Globo estampava o seguinte título: “Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro”. Publicado após uma onda de manifestações populares que invadiram as ruas do país<sup>7</sup>, o editorial antecipa os materiais jornalísticos que lembrariam os 50 anos da Ditadura Militar. O *mea culpa* ressalta que outros grandes jornais assumiram postura de apoio semelhante, a exemplo de Folha de São

---

<sup>6</sup> De acordo com os dados mais recentes da Associação Nacional de Jornais (ANJ), o ranking dos maiores jornais do Brasil de circulação paga, no ano de 2013 é composto por: 01. Super Notícia (MG); 02. Folha de São Paulo (SP); 03. O Globo (RJ); 04. O Estado de S. Paulo (SP) Disponível em: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>. Acesso em: 01/12/2014

<sup>7</sup> As mobilizações iniciaram em junho de 2013, em São Paulo, motivadas contra o aumento de vinte centavos na tarifa do transporte público. Entretanto, com a repressão policial e o aumento da participação popular, os protestos ganharam mais corpo e mais pautas, como a reivindicação por melhores serviços públicos, os clamores pela criminalização da homofobia, a insatisfação com a realização da Copa do Mundo FIFA de 2014 no Brasil e até mesmo críticas à postura das empresas jornalísticas na cobertura midiática diante dos acontecimentos recentes e eventos passados.



Paulo e de O Estado de São Paulo, como uma forma de não se apresentar para o leitor como o único desviante. O jornal alega que, apesar de corroborar com o regime ditatorial em aspectos econômicos e até sociais, as Organizações Globo sempre prezaram pela democracia e pelas instituições legítimas, citando episódios que envolvem o fundador Roberto Marinho como prova auxiliar e como um reforço de notoriedade e personificação. O editorial destaca ainda o contexto do pré-golpe, salientando as disputas entre comunistas e capitalistas, sendo assim uma justificativa histórica para o apoio “ante o perigo de um golpe à esquerda”. O texto ainda condena qualquer forma de cerceamento da liberdade, entretanto não fala sobre trocas e benefícios entre o grupo empresarial e o regime que permitiu a concessão de uma rede de televisão, a Rede Globo, em 1965.

As vésperas do marco do meio centenário de instauração do regime, em 30 de março de 2014, o jornal Folha de São Paulo lança o editorial intitulado “1964”. O artigo explora a violação dos Direitos Humanos para expressar repúdio às formas de governo autoritárias. Assim como em O Globo e em O Estado de São Paulo, o jornal recorre aos fatos históricos, em uma apresentação quase didática, para apresentar o contexto em que aconteceu o golpe, suscitando o medo de um governo de esquerda e ressaltando os avanços econômicos alcançados durante o governo dos generais. O jornal paulista, bem como seus concorrentes aqui analisados, destina parte do texto para destacar as conquistas do país durante o governo dos generais. A Folha faz ainda uma rápida reflexão sobre a própria postura, concentrada em apenas um parágrafo. Classifica como um “erro” o apoio ao golpe, entretanto, diz não considerar justo condenar a então direção do jornal que optou apoiar o regime por considerar que, assim, o fizeram em situação adversa, não vislumbrando outra saída “essencial à democracia brasileira”, mas destaca que o erro serve como aprendizado, assim como os outros jornais indicam.

O último dos três editoriais em análise a ser publicado, “Meio século depois”, do jornal O Estado de São Paulo, saiu em 31 de março de 2014. O texto, entretanto, não faz uma revisão de postura do jornal quanto ao apoio à intervenção militar. O mais antigo dos jornais paulistanos em circulação recorre aos fatos históricos para justificar o contexto em que instituições civis deram suporte ao governo autoritário. Valendo-se também dos argumentos de que o Brasil poderia adotar o comunismo como modelo, o enunciado reconhece o apoio ao golpe de 64 e ainda indica que a arbitrariedade declarada com o AI-5 é “desvio do curso original imaginado, em especial pelas lideranças civis”. No texto, em nenhum momento são utilizados os termos “ditadura” ou “regime antidemocrático”, como



os concorrentes fazem para tratar o assunto. Refere-se ao período como “movimento civil-militar”, incluindo assim a participação de instituições civis, como os jornais. O texto ressalta os avanços econômicos do país no período por quatro dos nove parágrafos e, apenas nas últimas linhas, tece críticas ao regime, distribuindo a culpa entre militares e civis que contestaram o autoritarismo com “violência”.

De uma forma geral, os três periódicos fizeram escolhas semelhantes na hora de redigir o posicionamento da empresa jornalística quanto ao tema analisado. Os dois primeiros expressam claramente que apoiaram a instauração da ditadura e que na atualidade consideram a postura errônea, enquanto O Estado de São Paulo omite o papel da instituição jornalística frente aos acontecimentos. Embora se esquive da revisão suscitada pelos concorrentes, o mais antigo jornal de São Paulo deixa subentendido que o apoio foi inevitável e que pareceu ser a decisão mais acertada para a época quando reforça os perigos que o país sofria com a polarização entre capitalismo e socialismo, como é explicitado em O Globo e Folha.

As vozes dos enunciadores das três empresas soam similares, embora partam de um lugar de fala diferente. Isto porque os enunciadores recorrem aos mesmos elementos do discurso jornalístico para não prejudicar a confiança do leitor. Os três jornais se valem da forma narrativa para produzir um relato histórico do período, eximindo o narrador na maior parte do texto – no caso de O Estado de São Paulo, o enunciador não aparece como locutor e reforçando as funções do jornalismo de informação e análise (SCHUDSON, 2008) por meio da argumentação baseada na exposição de conflitos, dados e provas auxiliares como mecanismos de objetividade (TUCHMAN, 1993). A contextualização histórica, feita de forma quase que didática, tem a intenção de estabelecer uma relação de troca para que a justificativa do jornal seja compreendida pelo seu público. Dessa permuta de referencial, definida por Maingueneau (2008) como princípio de cooperação, é possível evidenciar em todos os enunciados os elementos discursivos de informatividade, sinceridade e pertinência, que refletem a necessidade do jornalismo se afirmar verossímil.

A escrita dos editoriais analisados evita figuras de linguagem, buscando termos mais exatos e afirmações que possam ser comprovadas pela argumentação; prática entendida como uma forma de equilibrar o enunciado e qualifica-lo como consonante com a realidade. Entretanto, percebe-se a diferença na escolha de palavras entre os três exemplos. Em O Globo e Folha são usados termos como “golpe”, “governo ilegítimo” e “ditadura”, mas o Estadão refere-se apenas como “movimento civil-militar” que “desviou do curso original”

ao adotar táticas repressoras. Palavras de cunho negativo, em O Estado de São Paulo são usadas ostensivamente em referência à situação que antecede março de 64, descrita ao longo de quatro parágrafos como “desordem”, “mistura explosiva” e “dramático contexto histórico”, o que produz a imagem de um contexto turbulento no pré-golpe, atenuando assim os desdobramentos das ações militares com apoio das instituições.

Os editoriais circundam um dos principais pontos de fragilidade da instituição que representam, visto que o jornalismo vive de sua credibilidade e de uma pretensa infalibilidade. A sobrevivência dos jornais, reitera-se, está atrelada à venda de exemplares e de espaços publicitários, advindos do respeito do leitor. A partir dessas prerrogativas econômicas e de construção social podemos intuir o quão delicado é para uma publicação escrever: “A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la.” (O Globo) ou “[...] aquele apoio foi um erro. Este jornal deveria ter rechaçado toda violência [...]”, tanto que o editorial do O Estado de São Paulo, lançado após os concorrentes, não o faz.

O explícito e o implícito, portanto, nos fornecem pistas para entender quando as três empresas invocam as bases que sustentam o jornalismo: credibilidade, objetividade e veracidade para se aproximar o público quando se veem em situação de conflituosa. Ao passo que expõem as falhas, os jornais reforçam suas virtudes de maneira sistemática: com a apresentação contexto histórico, induzindo que opção foi tomada diante de condições limitadoras da época; com o reforço de que a ditadura não foi de todo um fracasso, trazendo avanços para a economia, industrialização e até em campos sociais; reafirmando valores democráticos e de repúdio à censura, repressão e ao autoritarismo; e enaltecendo o fato de que se aprende com os erros, no caso de O Globo e Folha. A fórmula é seguida até mesmo pelo Estadão que não assume o erro verbalmente, como os concorrentes.

Os dois jornais que revisaram a postura editorial saíram em defesa dos antecessores que optaram, como uma forma de auto preservação. Ambos utilizaram o mesmo argumento de “[...] o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a atitude certa [...]” (O Globo) e que “Agiram como lhes pareceu melhor ou inevitável naquelas circunstâncias” (Folha de São Paulo).

Por fim, cabe destacar nesta análise que os editoriais têm um distanciamento de quase meio século do fato a que se referem. O intervalo de tempo configura outra conjuntura social, política e econômica do país, conseqüentemente, também dos jornais. Passada a era dos generais indicados ao poder, o Brasil é regido por um sistema de

democracia constitucional, tendo acumulado após a reabertura política a eleição de cinco presidentes da República, escolhidos em sufrágio direto, entre reeleições e um *impeachment*. Os meses que precedem a publicação dos editoriais em análise são marcados pela volta do povo às ruas em diversas cidades do país com protestos de temáticas pulverizadas. Depois de anos sem grandes mobilizações populares, como aconteciam durante o regime militar, milhares de pessoas tomam os espaços públicos de Norte a Sul do País, desta vez conclamadas pelos meios virtuais. Parte da população gritou: “O povo não é bobo, abaixo a rede Globo” ou “A verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura”. Apesar de ser citado nominalmente apenas um grupo, o teor das críticas também recaiu sobre as outras instituições que tiveram posicionamento semelhante quanto ao apoio à instauração da ditadura e a legitimação das forças arbitrárias. Esse contexto merece ser ressaltado para entendermos que o posicionamento das empresas não veio à toa cinquenta anos depois e que, mesmo sem expressar verbalmente, os jornais vêm a público dizer que estão comprometidos com a democracia e reafirmam a defesa aos Direitos Humanos, como no trecho de O Globo: “Governos e instituições têm, de alguma forma, que responder ao clamor das ruas. De nossa parte, é o que fazemos agora reafirmando nosso incondicional e perene apego aos valores democráticos”.

Afora a legitimidade estabelecida ao longo dos anos, a comunicação verbal no jornal impresso é construída diariamente e, como prática social, está sujeita as regras de polidez estabelecidas pelo convívio. Portanto, transgressões às leis do discurso podem significar um ato de agressividade para o receptor (MAINGUENEAU, 2008). Sendo assim, as empresas jornalísticas foram pressionadas a sair do pedestal da infalibilidade e revelar, de alguma forma, o que mais tentam esconder como forma de autopreservação. Para Orecchioni (2005), a retratação de uma falha pode simplesmente não representar arrependimento por parte de quem se submete a pedir desculpas, servindo como uma forma de socialização. “Um pedido de desculpas serve não apenas para explicitar um estado de espírito, mas também para agir sobre seu interlocutor” (SILVA e PEDROSA, 2006, p. 14).

#### **4. Considerações finais**

A partir da análise de três enunciados que representam a voz de empresas distintas a respeito do golpe que instaurou a Ditadura Militar brasileira (1964 – 1985) percebemos que a abordagem de uma falha da instituição jornalística é tratada de maneira cuidadosa e sistemática pelas empresas. A enunciação se apega à conjuntura histórica e ao ritual

estratégico da produção jornalística (TUCHMAN, 1972) para justificar o erro e resguardar a confiança no jornal.

Com base no estudo do *corpus*, pontuamos que o jornalismo pode utilizar o ato de assumir um erro, sem mesmo denotar arrependimento, funcionando como uma explicação a algum apelo popular ou circunstancial. Os editoriais, em nosso entendimento, vêm a público minimizar a responsabilidade do apoio ao golpe, o que não significa um pedido de desculpas, como supõe uma seção “erramos”. Percebemos isto através da extensa exposição do contexto que antecede o primeiro Ato Institucional, baseada na narrativa de fatos validados por provas auxiliares. Todos os jornais dedicaram espaço considerável (em O Estado de S. Paulo foram quatro de nove parágrafos) para afirmar que o ato antidemocrático “fora imprescindível para a manutenção da democracia” (em O Globo). Os textos atêm-se mais a questões históricas externas, que com a instituição jornalística e seu papel na sociedade. Também ressaltam claramente os avanços econômicos e até sociais do regime em questão como uma forma de expressar que em certos aspectos o governo foi exitoso.

O reconhecimento das falhas se dá em uma articulação intensa de preservação da credibilidade, principal atributo de sustentação do jornalismo como atividade comercial. Os procedimentos de objetividade são invocados e constituem uma narrativa em que os fatos falam por si, se mostrando para o leitor como uma análise convincente e ponderada (TUCHMAN, 1972). Cabe aqui estabelecermos um paralelo entre os editoriais e duas funções de democracia atribuídas ao jornalismo por Schudson (2008): a informação e a análise. Os periódicos recorrem em diversos trechos à necessidade de fornecer informação correta e análises coerentes para que o cidadão fique a par da História, como em: “A consolidação da democracia, nas últimas três décadas, torna ainda mais notória a violência que a ditadura representou”<sup>8</sup> ou ainda em Estadão: “[...] esse esforço de compreensão dos fatos, assim como de seu dramático contexto histórico, é importante sobretudo para as novas gerações”.<sup>9</sup>

De uma maneira geral, apesar de serem concorrentes, os três jornais impressos abordam o erro de uma maneira similar. Os dois que assumiram uma postura equivocada e o que apenas justificou o apoio de maneira indireta usaram dos recursos discursivos e das categorias do jornalismo para afastar as ameaças a suas faces de enunciadores. Por meio da

---

<sup>8</sup> Editorial Folha de São Paulo, “1964”, publicado em 30 de março de 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/03/1433004-editorial-1964.shtml>. Acesso em: 20/07/2015

<sup>9</sup> Editorial O Estado de São Paulo, “Meio século depois”, publicado em 31 de março de 2014. Disponível em: <http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,meio-seculo-depois-imp-,1147202>. Acesso em: 20/07/2015

comparação da análise do *corpus*, observamos que as três instituições utilizaram os mesmos princípios discursivos na enunciação, também recorreram aos mecanismos de objetividade e às funções atribuídas ao jornalismo como uma forma de autoproteção.

A relação da sociedade com o jornal se constitui por um contrato de leitura, que pressupõe veracidade e passa pela legitimação do jornalismo como instituição. Abordar os erros institucionais é expor a falibilidade da indústria da informação e, assim, tornar vulnerável o vínculo entre jornal e leitor, se não assegurados os princípios do jornalismo na construção discursiva. A credibilidade é o principal produto do jornalismo. É ela que garante a sobrevivência do modelo de negócio das notícias. É a preservação da credibilidade que orienta a enunciação do discurso do erro. É para preservá-la que os jornais omitem falhas, muitas vezes. Mas também para não perder a confiança do público de leitores e anunciantes, os jornais são capazes de assumir equívocos, com ressalvas e recursos que comprovam a credibilidade como virtude.

## Referências

ALBUQUERQUE, Afonso de. **Um outro Quarto Poder**: imprensa e compromisso político no Brasil. *Contracampo: Revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação* – Universidade Federal Fluminense, n. 4, p. 23-57, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos**. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A atualidade no jornalismo**: bases para sua delimitação teórica. 2003.336f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo**. Série *Jornalismo a Rigor*. V. 1. Florianópolis: Insular, 2009.

GUERRA, Josenildo Luiz. **Impasses entre Teoria e Prática**: Algumas provocações sobre procedimentos éticos e técnicos praticados no jornalismo. XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação/ GT 03 Jornalismo, Portcom, 1998. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/1b51de591760a9d584a90ad41352323c.PDF>. Acesso em: 10/07/2015

\_\_\_\_\_. **O Nascimento do Jornalismo Moderno**: Uma discussão sobre as competências profissionais, a função e os usos da informação jornalística. In XXVI

Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom - Anais 26. Belo Horizonte, 2003.

GUERREIRO NETO, Guilherme. **O discurso de legitimação do jornalismo: a instituição inscrita nos editoriais.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, 2013.

ORECCHIONI, Catherine. **Os atos de linguagem no discurso.** Tradução de Fernando Afonso de Almeida e Irene Ernest Dias. Niterói: Ed.UFF, 2005.

PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso: introdução à análise de discursos.** Milton José Pinto. 2ª ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

SANT'ANNA, Lourival. **O destino do jornal: a Folha de S. Paulo, O Globo e o Estado de S. Paulo na sociedade da informação.** Rio de Janeiro, Record, 2008.

SCHUDSON, Michel. **News and Democratic Society: Past, Present, and Future.** Hedgehog Review, [s.1], v. 10, n. 2, Summer 2008. Disponível em: [http://www.iasc-culture.org/eNews/2009\\_10/Schudson\\_LO.pdf](http://www.iasc-culture.org/eNews/2009_10/Schudson_LO.pdf). Acesso em: 09/07/2015

SILVA, David Harlyson P. da; PEDROSA, Cleide Emília Faye. **Pedidos de desculpas em erratas de uma revista de divulgação científica: uma análise da proteção das faces dos editores.** Cadernos do Cnlf, Natal, v., n. 2, p.2-26, 2006. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/xiv\\_cnlf/tomo\\_2/2005-2028.pdf](http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_2/2005-2028.pdf) Acesso em 20/03/2014

TUCHMAN, Gaye. **A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas.** In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e "estórias".** Lisboa: Vega, 1999a. p. 74-90.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional.** Vol. 2. Florianópolis: Insular, 2005

\_\_\_\_\_. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são. Vol. 1.** Florianópolis: Insular, 2005.